

*A literatura abolicionista de Maria Firmina dos Reis:
o conto “A escrava”¹*

Bárbara Loureiro Andreta

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM

Anselmo Peres Alós

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM

ABSTRACT

The short story “A Escrava”, by the Brazilian author Maria Firmina dos Reis, was published in 1887, a year marked by abolitionist campaigns. The story is about the suffering experienced by black families that were separated because of the slave traffic among Brazilian provinces during the nineteenth-century. By the suffering lived by the protagonist, we are invited to think about certain problems lived by female slaves, such as the kidnaping of slave’s children, the impediment of maternity, and the violence attached to fertility questions.

Keywords: Maria Firmina dos Reis, “A escrava”, Slavery, Memory, Feminism.

O conto “A Escrava”, de Maria Firmina dos Reis, publicado em 1887, no auge da campanha abolicionista, mostra o calvário dos negros no Brasil, uma vez que narra o sofrimento das famílias que eram separadas em função do tráfico interprovincial de escravos no Brasil do século XIX. O sofrimento da protagonista permite que se pense nas violências a que as escravas estavam submetidas por questões específicas de gênero, a saber, a separação dos seus filhos, a usurpação do exercício da maternidade e a violência relacionada a questões de fertilidade.

Palavras-chave: Maria Firmina dos Reis, “A escrava”, Escravidão, Memória, Feminismo.

¹ Uma versão deste trabalho foi submetida ao 10º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, em março de 2015.

Introdução: a crítica literária feminista e o lugar autoria afro-brasileira no século XIX

A escritora maranhense Maria Firmina dos Reis, autora do conto “A escrava” (1887), objeto deste estudo e do romance *Úrsula* (1859), sua obra mais conhecida, entre outras obras, merece destaque pela forma como tratou a temática da escravidão. Maria Firmina dos Reis fez de sua escrita uma arma política contra o regime escravocrata brasileiro, relatando, em suas obras, a maneira como duas classes subalternizadas eram tratadas no Brasil do século XIX, os escravos e as mulheres.

Ao escrever sobre o feminismo, Ellen Rooney (2006) retoma a célebre frase de Simone de Beauvoir para descrever o movimento feminista em termos de rejeição da naturalização da categoria mulher: “não se nasce mulher, torna-se mulher”², no sentido de que não há nenhum destino, seja ele biológico, psíquico ou econômico, que defina a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade. Nessa perspectiva, o feminismo sempre envolve uma “reescrita” da feminidade ou feminidades, das categorias que definem mulheres como mulheres (Rooney, 2006).

De acordo com Peggy Sharpe (1997), é comum às literaturas coloniais que os *outros*, ou seja, mulheres e homens de origem índia, africana, asiática ou de minorias europeias sejam omitidos ou sub-representados nos relatos fundacionais que se dedicam a construir ou a consolidar os mitos nacionais daquele país. Nesse sentido, as mulheres ficaram, por muito tempo, excluídas da varonil atividade de construção de uma nacionalidade, ou seja, da escrita, o que contribuiu para que se originasse a imagem da escritora marginalizada, forçada a conformar as especificidades de seu gênero conforme os parâmetros referenciais do discurso hegemônico nacional (Sharpe, 1997).

O estudo das obras de autoria feminina colabora para a alteração de nossas percepções sobre o passado, assim como para a desestabilização da configuração da identidade nacional. Com isso, as reflexões sobre os processos de constituição dos cânones nacionais como lugares que sustentam as representações simbólicas da nacionalidade são impulsionadas e assim, essas reflexões levam a considerar a história literária como um dos marcos referenciais da memória nacional, visto que constitui uma narrativa que pretende descrever o passado literário (Schmidt, 2008).

A construção da nação moderna, pressuposta nos ideais burgueses de progresso e civilização a partir da integração nacional das diferenças sociais e culturais sob o signo do *pluribus unum*, articula-se através de um repertório de significados convenientes e desejáveis, formalizados em um pacto narrativo de consenso, por meio do qual a história normaliza e regulariza os acontecimentos, fazendo com que a memória coletiva se configure tanto como lembrança quanto como esquecimento. Desta forma, alguns significados são lembrados e reafirmados, outros são silenciados e excluídos (Schmidt, 2008).

Em seu livro *Memória Coletiva*, sociólogo francês Maurice Halbwachs (1990) fez um estudo acerca dos contextos sociais da memória. Segundo o autor, há uma perspectiva individual da memória, uma vez que sempre é necessário que alguma pessoa participe do fato a ser lembrado, seja como ouvinte ou como ator. Entretanto, para que o fato a ser lembrado se perpetue e se torne memória

² BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

para um grupo de indivíduos, é necessário que existam testemunhos, ainda que o primeiro testemunho a que um indivíduo possa recorrer seja ele mesmo:

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós (Halbwachs, 1990, p. 26).

Segundo Halbwachs (1990), é possível que as imagens que são impostas pelo meio aos indivíduos modifiquem a impressão que se pode ter de um determinado acontecimento, uma vez que “para algumas lembranças reais junta-se assim uma massa compacta de lembranças fictícias” (Halbwachs, 1990, p. 28). Levando-se em consideração a teoria de Halbwachs, é possível pensar o “esquecimento” das obras de autoria feminina do século XIX como um conjunto de vozes silenciadas, uma vez que, durante muito tempo, não houve testemunhas que as colocassem na memória coletiva nacional.

A relação entre literatura e identidade nacional se impôs no século XIX para uma elite empenhada em elaborar uma narrativa que pudesse, simbólica e ideologicamente, traduzir a independência política e a necessidade de singularizar culturalmente a nação emergente. Nesse sentido, a construção de uma nação estava relacionada à construção de uma literatura própria, pela demarcação de sua história através de princípios que pudessem sustentar um acervo de caráter nacional. Dessa forma, a construção do Brasil como Estado moderno andou *pari passu* com o movimento literário romântico (Schmidt, 2000).

A visibilidade e a circulação das obras de autoria feminina no campo acadêmico da construção de saberes não só afetam o estatuto da própria história cultural e literária, instalando na reflexão historiográfica interrogações acerca de premissas críticas e cristalizações canônicas, como também problematizam as representações dominantes calcadas no discurso assimilacionista de um sujeito nacional não marcado pela diferença, mas que, na prática, gerou as formas de exclusão de voz, presença e representação no processo de constituição da nacionalidade, do ponto de vista da diferença de gênero, raça e classe social (Schmidt, 2000).

A história literária constitui uma referência dos nexos de nacionalidade, pois busca cristalizar o que se pode chamar de narrativização da memória nos moldes de uma formação discursiva homogênea e uniformizadora, que funciona como um elemento de interpelação através da qual a identidade horizontal do sujeito nacional é constituída e protegida dos embates suscitados pela diferença e pela alteridade (Schmidt, 2008).

Segundo Rita Terezinha Schmidt (2008), a investigação de inclusões e exclusões históricas é uma forma de tornar visíveis as relações com a ideologia subjacentes às estruturas que definem a natureza do literário e a função da história literária como uma grande narrativa, que é gerada em função de escolhas políticas e não de escolhas desinteressadas ou neutras. O conteúdo e a estrutura estão imbricados em uma formação discursiva dominante, e seus efeitos ideológicos confirmam os sentidos e os lugares sociais em que esses são produzidos. A questão não é considerar as histórias literárias do ponto de vista de seus critérios de veracidade ou correspondência entre narrativas e eventos passados, mas de questionar os conhecimentos que são gerados por seus constructos e a que interesses servem (Schmidt, 2008). Dessa forma, o descrédito

destinado à literatura produzida por mulheres no passado é uma forma de controlar o campo literário a partir de um conceito de literatura que ratifica o aparato de saber/poder ligado às elites culturais – ou seja, a comunidade interpretativa³ de indivíduos que introjetaram o ponto de vista do gênero, da classe e da raça dominante, estando esta comunidade inserida no campo das relações de poder (Schmidt, 2006).

Ann Ducile (2006) destaca que, no caso dos estudos literários nos Estados Unidos, pode-se dizer que os estudos literários feministas negros, e as mulheres negras, em geral, tiveram uma relação problemática com a questão do “feminismo”, visto que muitas vezes, o “feminismo” reproduzia a histórica exclusão e elitismo presentes na sociedade estadunidense, deixando de fora das preocupações do movimento as mulheres negras, as imigrantes e as oriundas da classe trabalhadora.

As reivindicações das mulheres brancas, que no século XIX, nos Estados Unidos, não gozavam de todos os direitos e privilégios de um cidadão, eram diferentes das reivindicações das mulheres negras. Enquanto as ativistas brancas lutavam pelo direito de propriedade das mulheres casadas, as mulheres negras lutavam, literalmente, pelo direito humano básico de não ser propriedade de alguém. As mulheres brancas lutavam por mudanças na lei do divórcio, enquanto as mulheres negras lutavam contra as leis que proibiam os escravos de contrair matrimônio. Enquanto as mulheres brancas tentavam definir o papel da mulher fora de casa e conciliá-lo com a maternidade, as mulheres negras lutavam pelo direito de exercer a maternidade de seus próprios filhos (Ducile, 2006).

Os homens negros, as mulheres e as crianças eram todas vítimas da escravidão, mas as mulheres eram exploradas em questões específicas de gênero, de forma que os corpos femininos eram explorados nas suas capacidades de fertilidade e amamentação. Subjugadas, então, nesta questão particular de seu gênero determinado pela questão racial, as escritoras negras do século XIX, assim como as ativistas e intelectuais estavam preocupadas com direitos, papéis e responsabilidades das mulheres bem como com a emancipação racial. Para elas, “mulher” era necessariamente uma categoria complexa e inclusiva, bem como atravessada pela dupla consciência de suas identidades raciais e de gênero. A questão racial não existia separada e distinta das questões de gênero e vice-versa (Ducile, 2006).

Carole Boyce Davies (1994) também defende que a experiência das mulheres negras empresta a esta experiência a noção de fluidez, de múltiplas identidades e de repetições que devem ser multiplamente articuladas. A autora acredita que, para a escrita de mulheres negras em contextos culturalmente atravessados, uma renegociação de identidades é fundamental, visto que se trata da convergência de múltiplos lugares e culturas que renegociam a experiência das mulheres negras, se transformando em negociações e renegociações de suas identidades (Davies, 1994)⁴.

³ Segundo Stanley Fish (1980), o conceito de comunidades interpretativas diz respeito à leitura como uma prática social, histórica e política compartilhada, e não mais como uma prática individual. Desta forma, a ideia de comunidade interpretativa supera a dicotomia texto-leitor nos questionamentos sobre o processo de produção de sentidos ou interpretações.

⁴ Em seu artigo “O conceito de interseccionalidade e suas vantagens para os estudos de gênero no Brasil”, Patrícia Mattos (2011) apresenta a contribuição das autoras alemãs Nina Degele e Gabriele Winker aos estudos interseccionais feministas, pós-coloniais e *queer*. Conforme Mattos (2011) expõe em seu trabalho, as autoras alemãs propõem, ao desenvolver seu conceito de

As campanhas articuladas pelas mulheres negras reivindicando seus próprios corpos, seu próprio trabalho, sua própria pátria e seu próprio desejo podem ser remontadas, pelo menos, ao século XVIII, considerando-se o pioneirismo da poeta, oradora e escrava Lucy Terry Prince⁵, conhecida por seu poema “Bars Fight”, escrito em 1746. Com o objetivo de reivindicar seu espaço, seus corpos e sua pátria, tem-se, na literatura brasileira, o século XIX como um período de grande produção literária feminina, com destaque para a autora objeto deste trabalho, Maria Firmina dos Reis, que, através de sua escrita, deu voz às mulheres e aos escravos, destacando-se na luta contra a escravidão no país.

A luta pela conquista do espaço feminino aconteceu, no século XIX, em duas frentes: uma delas dizia respeito à necessidade de instrução das mulheres, e a outra se relacionava à utilização da escrita para falar por si. Esta segunda necessidade estava atrelada ao fato de que já havia um discurso masculino que falava pela mulher, antes mesmo que ela o fizesse (Tavares, 2007). Nessa perspectiva, a fala da mulher foi pensada e elaborada segundo a ótica masculina:

O homem, no caso, pensa e elabora a fala da mulher segundo seu próprio ponto de vista, sendo, portanto, sujeito do discurso na medida [em] que constrói a imagem feminina de acordo com a ideologia dominante em cada época, sempre sob a ótica masculina (Paixão, 1991, p. 13 *apud* Tavares, 2007, p. 2).

Nesse sentido, através da escrita, as mulheres reivindicavam não apenas a ocupação de um lugar até então destinado apenas aos homens, mas o direito de falarem por si mesmas:

No século XIX, para as mulheres que pensaram ser algo mais do que ‘bonecas’ ou personagens literárias, os textos dos escritores colocaram problemas tanto literários quanto filosóficos, metafísicos e psicológicos. Como a cultura e os textos subordinam e aprisionam, as mulheres, antes de tentarem a pena cuidadosamente mantida fora do seu alcance, precisaram escapar dos textos masculinos que a definiam como ninharia, nulidade ou vacuidade (Telles, 1997, p. 408).

O exercício da escrita foi, para as mulheres do século XIX, uma forma de romper os limites entre o privado e o público, destacando-se que o espaço privado era o único local aceitável para uma mulher. O ato de escrever, no caso das mulheres, de uma maneira geral, mas especificamente no caso de uma mulher subalternizada como Maria Firmina dos Reis, era como uma transgressão, que ultrapassava os limites sociais acordados por uma sociedade conservadora e escravocrata (Tavares, 2007). Com a representação da sociedade a partir da perspectiva feminina através dos romances de autoria feminina, o

interseccionalidade, que não apenas as estruturas sociais, da identidade e das representações simbólicas sejam analisadas, mas também as diferentes categorias de diferenciação que, de maneiras diferentes, geram e perpetuam formas de opressão, discriminação social e estereotipação.

⁵ Sua região, Guilford, Vermont, é conhecida por ter sido um centro pelos direitos civis e atividade literária nos anos que seguiram ao seu casamento com Bijah Prince, em 1756, um escravo liberto, muito mais velho que Lucy, com o objetivo de conseguir sua libertação.

cronótopo⁶ presente nestas estruturas narrativas desorganiza o estabelecimento do tempo e do espaço patriarcais, visto que o tempo e o espaço originam-se sob as experiências das mulheres na sociedade, sob o posicionamento subalterno e sob a crítica dos indivíduos que estão às margens. Segundo Nascimento (2010), é em divergência com o tempo e o espaço histórico e literário que as narrativas de autoria feminina se firmam, uma vez que tanto a história quanto a literatura brasileiras, em suas conjecturas historiográficas tradicionais, não admitiam o exercício de atividades públicas por mulheres na segunda metade do século XIX e início do século XX. Sendo assim, o tempo e o espaço das mulheres são colocados nos romances de maneira a desorganizar as noções tradicionais de cultura, pois a instância de enunciação narrativa e a caracterização de personagens femininas persuadem a moral do patriarcado pelo viés da construção literária (Nascimento, 2010).

Quando se pensa em identidade cultural brasileira, deve-se ter em mente que sua construção foi pautada em uma violência institucional e simbólica, por um lado, e por outro, destacaram-se atos de resistência às representações geradas pelo poder hegemônico de uma elite cultural, que se arrogou o direito de representar e significar a nação, conferindo-lhes validade universal. Dessa maneira, a exclusão da representação da autoria feminina no século XIX foi uma das formas de exercício deste poder. O século XIX foi uma época de formação da identidade nacional, no qual a literatura se institucionalizou como um instrumento pedagógico de viabilização da nossa diferença cultural em razão de sua força simbólica para sustentar a coerência e a unidade política da concepção romântica da nação como “o todos em um”. Dessa forma, o nacional constituiu-se como um domínio masculino, de forma direta e excludente (Schmidt, 2000).

Maria Firmina dos Reis

Maria Firmina dos Reis nasceu na Ilha de São Luís, no Maranhão, em 11 de outubro de 1825 e faleceu em Guimarães, no Maranhão, em 1917 (Muzart, 1999). Filha ilegítima, Maria Firmina dos Reis viveu com uma família extensa, constituída pela avó e por duas gerações de irmãs, a mãe e a tia materna (Telles, 2013). Ao longo dos seus 92 anos de vida, Maria Firmina dos Reis teve uma participação importante como cidadã e intelectual, tendo atuado como folclorista e compositora além de ter publicado em 1859 o romance *Úrsula*, uma obra que aborda a escravidão a partir do ponto de vista dos escravos, o romance de temática indianista *Gupeva*, em 1861⁷, e o conto “A escrava”, que foi publicado em 1887, no auge da campanha abolicionista (Duarte, 2004), além do “Hino da

⁶ Juliano Carrupt do Nascimento (2010) lembra o conceito de cronótopo, estabelecido por Mikhail Bakhtin, que relaciona a dialética entre tempo e espaço, para esclarecer que a união entre *cronos* e *topos* determina as relações entre indivíduos e sociedades representadas na estrutura narrativa do romance: “aqui o tempo condensa-se, comprime-se, torna-se artisticamente visível; o próprio espaço intensifica-se no momento do tempo, do enredo e da história. Os índices do tempo transparecem no espaço, e o espaço reveste-se de sentido e é mantido com o tempo. Esse cruzamento de séries e a fusão de sinais caracterizam o cronótopo artístico (BAKHTIN, 1988, pp. 211-362).

⁷ Em 1861, o jornal literário *O Jardim dos Maranhenses* iniciou a publicação do romance *Gupeva*; em 1863, o romance foi republicado pelo jornal *Porto Livre* e em 1865, novamente o romance foi republicado, pelo jornal literário *Eco da Juventude* (REIS, 2004, p. 11).

libertação dos escravos” (1888), a obra de poesias *Cantos à beira-mar* (1871) e diversos poemas esparsos na imprensa da época.

É válido salientar que Maria Firmina dos Reis destaca-se como uma das poucas mulheres negras abolicionistas no século XIX, visto que a campanha abolicionista no Brasil, principalmente na segunda metade do século XIX, foi perpetrada por abolicionistas homens, em sua grande maioria branca, filhos da elite escravocrata, que se formaram no exterior e voltavam ao Brasil com ideias positivistas, liberais e abolicionistas, acreditando que o país poderia entrar no rol das nações desenvolvidas apenas quando se livrasse da escravidão (Silva, 2009).

Maria Firmina dos Reis era afrodescendente, bastarda e não pertencia a uma família opulenta, e teria sido a primeira voz feminina que registrou a temática do negro com a publicação de sua obra *Úrsula*, em 1859 (Oliveira, 2007). Este romance é construído com a técnica de encaixes de narrativas, através das quais os personagens contam suas histórias (Muzart, 1999). Deve-se destacar que em *Úrsula* os personagens principais são brancos e os escravos ocupam um papel secundário. Entretanto, é através desses personagens secundários que a problemática da escravidão negra no Brasil é trabalhada pela autora e, nesse sentido, um capítulo do romance intitulado “A preta Susana” apresenta-se como um diferencial importante, visto que uma velha africana, Mãe Susana, relata sua vida na África, sua captura pelos caçadores de escravos e a viagem no porão de um navio até chegar a terras brasileiras (Muzart, 1999), representando, assim, segundo Norma Telles (2013), uma guardiã da cultura africana. A autora abre espaço para que uma personagem secundária assuma a focalização⁸, retratando a questão da escravidão sob o ponto de vista dos próprios escravos e destacando que o único lugar onde o “signo” liberdade faz lhe algum sentido são as terras africanas, de onde ela foi arrancada (Alós, 2011). A voz e a memória dos escravos trazem uma visão diferenciada do negro africano, sendo, na opinião de Zahidé Muzart (1999), superior ao romance *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, visto que o conceito de beleza para este último está na mulher branca e rosada (Muzart, 1999).

Seu romance *Gupeva*, publicado no jornal *O jardim dos Maranhenses*, entre 1861 e 1862, de temática indianista, também apresenta alguns elementos góticos, tais como a noite, o terror, a loucura e assassinatos e, através das ligações intertextuais, apresenta elementos novos para a literatura da época, na medida em que Maria Firmina dos Reis, ao fazer uma homenagem a Santa Rita Durão, incorpora e modifica temas desse autor (Muzart, 1999).

No conto “A escrava” (1887), a autora busca mostrar o calvário dos negros no Brasil (Muzart, 1999). O conto “A escrava” foi publicado na *Revista Maranhense*, no auge da campanha abolicionista (Duarte, 2004). O conto traz a história de uma senhora, sem nome, que relata a história da escrava Joana, em um salão, diante de diversas pessoas. Mãe Joana, uma escrava, filha de uma escrava e de um índio, cujo pai juntou todas as suas economias para comprar a liberdade da filha, entretanto, foi enganado pelo senhor de escravos que, ao invés

⁸ O narrador e a focalização determinam o que se conhece por narração, visto que a questão do narrador e a questão da focalização estão acopladas. O narrador é a instância que define as características específicas do texto, a partir das diferentes maneiras pelas quais pode ter sua presença indicada neste. A focalização, por sua vez, insere-se no âmbito da história, enquanto o narrador pertence ao âmbito do texto e das técnicas narrativas. É através da focalização que se pode apreender de onde o narrador fala, bem como quais são os juízos de valor que ele assevera (ALÓS, 2013).

da carta de alforria, lhe entregou um papel sem data, sem assinatura e com algumas palavras desconexas. Joana, então, na condição de escrava, teve seus filhos gêmeos Carlos e Urbano, de oito anos, vendidos para o Rio de Janeiro, o que a fez enlouquecer. Mesmo com a ajuda que Joana e seu outro filho, Gabriel, receberam da senhora, sem nome, que narra sua história, Joana morreu, já doente, após fugir do feitor.

O conto “A Escrava”

Assim como no seu romance *Úrsula*, neste conto de Maria Firmina dos Reis está presente a solidariedade para com o oprimido, inovadora se comparada àquela existente em outros romances abolicionistas do século XIX, visto que nasce de uma perspectiva *outra*, pela qual a escritora, irmanada aos cativos e aos seus descendentes, expressa, através da ficção, seu pertencimento a este universo de cultura (Duarte, 2004) e também constrói uma imagem do escravo em outra perspectiva, uma vez que, em suas obras, os escravos possuem individualidade e são colocados em pé de igualdade com os personagens brancos e não são vistos pela autora como vítimas da escravidão, como pessoas passivas diante da sociedade escravocrata (Silva, 2009). No caso de seu primeiro romance *Úrsula*, a própria autora aponta, já no prólogo do romance, o caminho do romance romântico como atitude política de denúncia de injustiças há séculos presente na sociedade patriarcal brasileira, que tinha os escravos e as mulheres como suas principais vítimas (Duarte, 2004). Esse caminho apontado no prólogo de *Úrsula* é o mesmo que Maria Firmina segue no seu conto “A escrava”, no qual utiliza a prosa de ficção como um meio de denunciar as injustiças presentes na sociedade patriarcal brasileira do século XIX.

O conto “A escrava” é narrado por uma senhora que não tem o nome revelado; porém, sabe-se que ela é membro da sociedade abolicionista da província local e da sociedade abolicionista do Rio de Janeiro. Essa senhora, que relata a história da escrava Joana “em um salão onde se achavam reunidas muitas pessoas distintas, e bem colocadas na sociedade” (Reis, 2004, p. 241), manifesta-se contra a escravidão quando o tema entra em debate:

Por qualquer modo que encaremos a escravidão, ela é, e sempre será[,] um grande mal. Dela a decadência do comércio; porque o comércio, e a lavoura caminham de mãos dadas, e o escravo não pode fazer florescer a lavoura; porque seu trabalho é forçado. Ele não tem futuro; o seu trabalho não é indenizado; ainda dela nos vem o opróbrio, a vergonha; porque de frente altiva e desassombrada não podemos encarar as nações livres; por isso que o estigma da escravidão, pelo cruzamento das raças, estampa-se na fronte de todos nós. Embalde procurará um dentre nós, convencer ao estrangeiro que em suas veias não gira só uma gota de escravo... (Reis, 2004, p. 242).

A senhora em questão, certo dia, encontra a escrava Joana fugindo de seu feitor e logo atrás de Joana vem seu filho Gabriel, em busca de sua mãe. Essa senhora abolicionista acolhe, então, tanto Joana quanto seu filho. Joana era considerada louca desde que seus outros dois filhos, Carlos e Urbano, de oito anos de idade, foram vendidos e, em seus delírios, a escrava chamava por eles.

- Carlos! ... Urbano...
- Não, minha mãe, sou Gabriel.

- Gabriel, tornou ela, com voz estridente. É noite, e eles para onde foram?
- De quem fala ela? Interroguei Gabriel, que limpava as lágrimas na coberta da cama de sua mãe.
- É douda, minha senhora; fala de meus irmãos Carlos e Urbano, crianças de oito anos, que meu senhor vendeu para o Rio de Janeiro. Desde esse dia ela enlouqueceu (Reis, 2004, pp. 251-252).

Tanto a fuga de Joana do feitor quanto à venda de seus filhos pelo senhor de escravos evidenciam que, assim como ocorreu nos Estados Unidos, no século XIX, segundo Ann Ducile (2006), no Brasil também as reivindicações das mulheres negras eram diferentes das reivindicações das mulheres brancas. A fuga de Joana, já no tronco, revela sua luta pelo seu direito de não ser propriedade de alguém, pelo direito às suas próprias decisões, ao seu próprio corpo.

Régia Agostinho da Silva (2013) destaca que as mães que aparecem nas obras de Maria Firmina dos Reis são, em geral, de dois tipos: a mãe plena de felicidade e a *mater dolorosa*⁹. O primeiro tipo está associado, segundo a pesquisadora, à África e à maternidade em ambiente de liberdade, e o segundo tipo, a *mater dolorosa*, à mãe como imagem do sofrimento e abnegação total, como uma imagem do amor incondicional aos filhos. A mãe plena de felicidade está presente no romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, especialmente nos relatos que a escrava Mãe Susana faz ao jovem escravo Túlio sobre a vida na África, que proporcionou a ela o que ela não tinha no Brasil: uma vida em liberdade. A outra representação de mãe, *mater dolorosa*, pode ser encontrada no conto “A escrava”, visto que Joana estava inserida na lógica do tráfico interprovincial de escravos, que separou milhares de mães e filhos cativos no Brasil (Silva, 2013). Silva (2013) destaca ainda que o Estado do Maranhão, terra natal de Maria Firmina dos Reis, constituiu-se como exportador de escravos no tráfico interprovincial, após a proibição do tráfico transatlântico de escravos, conforme a autora exemplifica:

ESCRAVOS

Compram-se para fora desta província a tratar do ajuste no sobrado da rua da Estrela sob nº 27.

Para as boas figuras de 14 a 25, anos de idade, pagam-se por bons preços, e isto em continuação (Jornal *O Publicador Maranhense*, 1871¹⁰ apud Silva, 2013, p. 120).

LEILÃO DE ESCRAVOS

Os abaixo assinados administradores da massa falida de Antonio Pinto Ferreira Viana, competentemente autorizados pelo Sr. Dr. Juiz de direito especial do comércio farão vender em leilão mercantil no dia 24 do corrente mês pelo corretor Manoel José Gomes, em seu armazém na praça do comércio, dezesseis escravos de ambos os sexos, todos eles novos, bonitos e bem morigerados. Principliará o leilão às 11 horas em ponto – Maranhão 16 de janeiro 1857.

Antonio José Fernandes Guimarães. – Leite & Irmão. (Jornal *O Publicador Maranhense*, 1857¹¹ apud Silva, 2013, pp. 120-121).

⁹ Régia Agostinho da Silva (2013) explica que a escolha pelo termo *mater dolorosa* a um dos tipos de mãe apresentado na obra de Maria Firmina dos Reis deve-se a uma aproximação à personagem cristã Maria em sofrimento pela expiação do filho Jesus (SILVA, 2013, p. 117).

¹⁰ Jornal *O Publicador Maranhense*, 1871, BPBL, Hemeroteca.

¹¹ Jornal *O Publicador Maranhense*, 1857, BPBL, Hemeroteca.

Dessa forma, segundo Silva (2013), os cativos vendidos eram, muitas vezes enviados ao Rio de Janeiro, com o objetivo de serem distribuídos entre a zona cafeeira, enquanto outros eram vendidos em leilões para, provavelmente serem levados da província. Nessas condições, não interessava se os escravos vendidos tinham família e/ou outros laços de amizade e solidariedade já constituídos, como foi o caso de Joana, que não teve sua condição de mãe respeitada, tendo sido separada de seus filhos gêmeos Carlos e Urbano (Silva, 2013). Considerando a posição do Estado do Maranhão, como exportador interprovincial de escravos, pode-se pensar que este conto apresenta uma crítica tanto à posição assumida pelo Estado natal de Maria Firmina dos Reis quanto ao tráfico interprovincial de escravos como um todo, o que resultou na reparação de diversas famílias, impedindo que muitas escravas pudessem exercer a maternidade.

Danielle Luna e Silva (2012) destaca que os ideais iluministas, muito em voga na época, reforçavam o papel de educadora da mulher. Entretanto, a autora lembra que estas ideias serviam aos senhores, não aos seus escravos, visto o que se entendia e se esperava da maternidade por parte das escravas era que engravidassem o maior número de vezes possível. Dessa forma, a maternidade entre as escravas era vivenciada na distância e no abandono (Luna e Silva, 2012). Neste sentido, destaca-se que, de acordo com Ducile (2006), apesar de homens, mulheres e crianças terem sido vítimas da escravidão, no que diz respeito às mulheres, a escravidão se estendeu a questões específicas de gênero, de maneira que estas foram também exploradas em suas capacidades de fertilidade e amamentação.

Segundo Luna e Silva (2012), a impossibilidade de exercer a maternidade resultou em sérias consequências psicológicas para Joana, e mesmo o fato de ter sido acolhida por uma senhora engajada na causa abolicionista parece não ter oferecido consolo à protagonista, visto que não havia reparação para o que Joana vivenciou, de maneira que a escrava teve na morte seu único consolo (Luna e Silva, 2012). Silva destaca ainda que a imagem de uma mãe que, por ser escrava, foi pensada e tratada como coisa e, por isso, não teve seu direito de exercer plenamente a maternidade, havia poucas alternativas além da fuga e da loucura (Silva, 2013). Pode-se pensar ainda que o seu suposto “enlouquecimento”, diante da separação dos seus filhos, em função da venda das crianças, demonstra talvez a única via possível para lidar tanto com a usurpação do seu direito de exercer a maternidade como com toda a exploração e a violência sofridas no que diz respeito à sua fertilidade.

Antes de morrer, Joana conta um pouco de sua história à senhora abolicionista. A escrava era filha de um indígena livre com uma escrava africana, e nasceu escrava. Seu pai alimentava o sonho de ver sua filha livre e trabalhou de forma árdua para conseguir comprar a sua liberdade. Quando Joana tinha cinco anos de idade, seu pai conseguiu reunir o dinheiro de que necessitava para comprar a liberdade da filha e recebeu, em troca, uma suposta carta de alforria do senhor de escravos que, depois de sua morte, revelou-se falsa, no momento em que foi exigido que Joana, aos sete anos de idade, começasse a trabalhar.

Nunca meu pai passou pela idéia, que aquela suposta carta de liberdade era uma fraude; nunca deu a ler a ninguém; mas minha mãe, à vista do rigor de semelhante ordem, tomou o papel e deu-o a ler, àquele que me dava as lições.

Ah! Eram umas quatro palavras sem nexos, sem assinatura, sem data! (Reis, 2004, p. 255).

A fraude na carta de alforria entregue ao pai da jovem Joana pode ser vista como um questionamento à legitimidade da alforria em um país escravocrata. Tal questionamento está presente também em seu romance *Úrsula*, no capítulo dedicado à Mãe Susana, uma escrava africana que questiona o jovem escravo Túlio sobre a legitimidade de sua alforria, argumentando que não é possível para um negro ser livre em um país escravocrata. Nesse sentido, pode-se pensar que não apenas a carta de alforria da jovem Joana era uma fraude, mas que todas as cartas de alforria eram falaciosas, uma vez que a ideia de liberdade em um país escravocrata, como o Brasil do século XIX, não passavam de uma ilusão.

Considerações finais

O conto “A escrava”, de Maria Firmina dos Reis, publicado em 1887, na *Revista Maranhense*, no auge da campanha abolicionista apresenta, assim, como o seu romance *Úrsula*, publicado pela primeira vez em 1859, uma profunda identificação da autora com os escravos. Assim como no romance, neste conto, a solidariedade para com as classes oprimidas é absolutamente inovadora se comparada a outros romances do século XIX, uma vez que a autora expressa, através da ficção, o seu pertencimento a este universo de cultura (Duarte, 2004).

Em “A escrava”, Maria Firmina dos Reis faz uso da literatura como um instrumento político de denúncia não apenas da escravidão de modo geral, mas também considerando questões específicas de gênero. Neste conto, em que o sofrimento das famílias que eram separadas em função do tráfico interprovincial de escravos é narrado, o sofrimento da escrava Joana permite que se pense nas violências a que as escravas estavam submetidas por questões específicas de gênero, a saber: a separação dos seus filhos, a usurpação do exercício da maternidade e a violência relacionada a questões de fertilidade. Do ponto de vista político, pode-se pensar que o conto apresenta ainda uma denúncia do tráfico interprovincial de escravos e uma crítica à posição assumida pelo Estado do Maranhão neste contexto, visto que o Estado natal de Maria Firmina dos Reis, constituiu-se como o maior exportador de escravos para outras províncias brasileiras após a proibição do tráfico transatlântico de escravos.

Outro aspecto que merece destaque no referido conto é a falsa carta de alforria, entregue ao pai de Joana pelo senhor de escravos. Esta questão traz à tona um questionamento já apresentado por Maria Firmina dos Reis, em seu romance *Úrsula*, em que uma personagem questiona a validade da alforria, visto que quem a recebe continua vivendo em um país escravocrata. Para esta personagem do romance, o único lugar onde o signo “liberdade” faz algum sentido é em terras africanas, local de onde ela foi retirada. Em “A escrava”, pode-se pensar que o recebimento de uma carta de alforria sem nenhuma validade, como aconteceu com a carta de alforria de Joana, implique em um questionamento a respeito da alforria de modo geral, ou seja, um questionamento a respeito da validade da alforria em um país escravocrata, como era o caso do Brasil no século XIX.

O resgate desta obra de Maria Firmina dos Reis mostra-se de extrema relevância para a historiografia literária brasileira, uma vez que traz a público a obra de uma autora, afrodescendente que, em suas obras, dá voz e memória aos

escravos. Através de suas obras, Maria Firmina dos Reis traz à tona toda a problemática da escravidão negra no Brasil e destaca a situação vivenciada pelas mulheres nesse contexto, uma época especialmente difícil para as mulheres, uma vez que seus corpos, suas vontades e seus desejos estavam submetidos à ordem patriarcal. Nesse contexto, a circulação de obras como as de Maria Firmina dos Reis colabora para que o cânone literário nacional seja questionado, uma vez que este sempre excluiu não apenas as mulheres, mas outras camadas da população que não estavam ligadas às elites culturais.

Bibliografia

- ALÓS, Anselmo Peres. *A letra, o corpo e o desejo: masculinidades subversivas no romance latino-americano*. Florianópolis, Ed. Mulheres, 2013.
- ALÓS, Anselmo Peres. Histórias entrelaçadas: redes intertextuais em narrativas afro-brasileiras. *Cerrados*, v. 20, n. 31. Brasília (UnB), 2011, p. 107-122. <http://seer.bce.unb.br/index.php/cerrados/article/view/8255/6252> [16/03/2013]
- DAVIES, Carole Boyce. "Introduction: migratory subjectivities" em *Black women, writing and identity: migrations of the subject*. London; New York, Routledge, 1994. (pp. 1-26).
- DAVIES, Carole Boyce. "Negotiating theories or 'going a piece of the way with them'" em *Black women, writing and identity: Migrations of the subject*. London; New York, Routledge, 1994. (pp. 28-42).
- DUARTE, Eduardo Assis. "Posfácio" em REIS, Maria Firmina dos *Úrsula*. Florianópolis, Ed. Mulheres; Belo Horizonte, PUC Minas, 2004. (pp. 265-281).
- DUCILE, Ann. "On canons: anxious history and the rise of black feminist literary studies" em ROONEY, Ellen *The Cambridge Companion to Feminist Literary Theory*. Cambridge, Cambridge University Press, 2006. (pp. 29-52).
- LUNA E SILVA, Danielle. "Maternidade e afrodescendência em *Úrsula* e *A escrava*, de Maria Firmina dos Reis". *Cadernos Imbondeiro*. V. 2, n. 1, 2012. (pp. 1-8).
- MATTOS, Patrícia. "O conceito de interseccionalidade e suas vantagens para os estudos de gênero no Brasil". *Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia*, 2011, pp. 1-23. http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_document&task=cat_view&gid=191&Itemid=171 [08/03/2015]
- MUZART, Zahidé Lupinacci. "Maria Firmina dos Reis" em MUZART, Zahidé Lupinacci *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis, Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 1999. (pp. 264-284).
- MUZART, Zahidé Lupinacci. "Sob o signo do gótico: o romance feminino no Brasil, século XIX". *Veredas*, v. 10, Dez. 2008. (pp. 295-308).
- NASCIMENTO, Juliano Carrupt do. "Romances escritos por mulheres do passado: historiografia literária e intervenções culturais". *Eutomia*, v. 3, n. 1, jul. 2010. (pp. 1-15).
- PAIXAO, Sylvia. *A fala-a-menos: a repressão do desejo na poesia feminina*. Rio de Janeiro, Numen, 1991.
- REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Florianópolis, Ed. Mulheres; Belo Horizonte, PUC Minas, 2004.

- REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. 2 ed. Impressão fac-similar. Prólogo de Horácio de Almeida. Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica Editora LTDA, 1975.
- REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. 3. ed. Organização, atualização e notas por Luiza Lobo. Introdução de Charles Martin. Rio de Janeiro, Presença; Brasília, INL, 1988.
- REIS, Maria Firmina dos. A escrava. *Revista Maranhense*, a. 1, n. 3, novembro de 1887, *apud* Moraes Filho, *Op.cit.*
- REIS, Maria Firmina dos. “Gupeva: romance brasiliense” em MORAIS FILHO, José Nascimento *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*. São Luís, Imprensa do Governo do Maranhão, 1975. (pp. 103-134).
- REIS, Maria Firmina dos. *Cantos à beira-mar*. São Luis, Governo do Estado do Maranhão, 1871. Edição fac-similar.
- REIS, Maria Firmina dos. “Hino à liberdade dos escravos” em FARIA, Antônio Augusto Moreira de – Rosalvo Gonçalves PINTO (Orgs.) *Poemas brasileiros sobre trabalhadores: uma antologia de domínio público*. Belo Horizonte, FALE/UFMG, 2011. (pp. 53).
- ROONEY, Ellen. “The literary politics of feminist theory” em ROONEY, Ellen *The Cambridge Companion to Feminist Literary Theory*. Cambridge, Cambridge University Press, 2006. (pp. 73-95).
- SCHMIDT, Rita Terezinha. “Centro e margens: notas sobre a historiografia literária”. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 32, 2008. (pp. 127 – 141). http://www.gelbc.com.br/pdf_revista/3210.pdf [09/02/2015]
- SCHMIDT, Rita Terezinha. “Mulheres reescrevendo a nação”. *Revista de Estudos Feministas*, V. 8, n. 1, 2000. (pp. 84-97). <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9858/9091> [09/02/2015]
- SCHMIDT, Rita Terezinha. “Refutações ao feminismo: (des)compassos da cultura letrada brasileira”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 3, setembro – dezembro 2006. (pp. 765-769). <http://www.scielo.br/pdf/ref/v14n3/a11v14n3.pdf> [08/03/2015]
- SIVLA, Régia Agostinho da. “‘A mente, essa ninguém pode escravizar’: Maria Firmina dos Reis e a escrita feita por mulheres no Maranhão”. *Anais ANPUH*. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009. <http://anpuh.org/anais/wpcontent/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0592.pdf> [18/08/2013]
- SIVLA, Régia Agostinho da. *A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX*. 2013. 177f. Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo, Universidade de São Paulo (USP), 2013. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-14032014-094659/es.php> [27/02/2015]
- TAVARES, Eleusa Diana Almeida. “Literatura e história no romance feminino do Brasil no século XIX: *Úrsula*” em XII Seminário Nacional Mulher e Literatura e III Seminário Internacional Mulher e Literatura, 2007. Ilhéus, BA. *Anais...* Ilhéus, BA: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2007. <http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/PDF/ELEUZA%20DIANA%20ALMEIDA%20TAVARES.pdf> [14/03/2013]
- TELLES, Norma. *Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil no século XIX*. Tese de doutoramento, PUC de São Paulo, Mimeo, 1987.

TELLES, Norma. “Escritoras, escritas, escrituras” em DEL PRIORY, Mary *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2013. (pp. 401-422)

Bárbara Loureiro Andreta

Graduada em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e em Psicologia pelo Centro Universitário Franciscano de Santa Maria (UNIFRA). Acadêmica do Curso de Letras/Espanhol – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestranda em Estudos Literários no PPG-Letras da UFSM, sob a orientação do Prof. Dr. Anselmo Peres Alós. Bolsista CAPES/DS.

Contato: barbaraandr@hotmail.com

Anselmo Peres Alós

Doutor em Literatura Comparada pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Adjunto no Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras, na mesma instituição. Coordenador do projeto de pesquisa *Poéticas da masculinidade em ruínas*, que conta com auxílio financeiro do CNPq.

Contato: anselmoperesallos@gmail.com

Recebido: 18/05/2015

Aceito: 06/01/2016